

# Educação Ambiental e o Protagonismo Jovem

\*Maria Alice Martins de Ulhôa Cintra (Lilite)

## Educação Ambiental

Falamos aqui da Educação Ambiental (EA) que desponta no bojo do movimento ambientalista mundial, em meados do século XX, quando a humanidade começa a compreender que o tipo de intervenção que tem feito na Natureza pode gerar a extinção de espécies e o esgotamento de elementos vitais; quando os limites de exploração desses elementos passam a incomodar a indústria e o sistema econômico e financeiro mundial.

Fica cada vez mais claro que a questão ambiental não tem fronteiras. Governos de várias nações buscam medidas comuns. Amplia-se a discussão. Cresce a necessidade de mudar valores, comportamentos e modos de vida. Encontros e conferências internacionais são realizados e, passo a passo, estruturam-se princípios e diretrizes para nortear as ações projetadas, que sistematizam o acúmulo discutido. Nasce daí documentos internacionais como: acordos, convenções, tratados, protocolos e outros. Durante um dos eventos internacionais mais marcantes para a discussão ambiental mundial, a ECO-92<sup>1</sup>, foram elaborados, dentre vários documentos, a Agenda 21<sup>2</sup> e os Tratados das Ongs<sup>3</sup>, sobre diversos temas, incluindo Juventude e Educação Ambiental.

Essa EA, delineada ao longo da história e que recebeu contornos na ECO-92, aparece como um dos caminhos da transformação social, a qual se percebe fundamental para assegurar vida no planeta, para as gerações presentes e futuras. Ela aponta para a busca de novas maneiras de ver e conviver com o mundo e está vinculada a um processo de construção de novos valores de nos relacionarmos entre nós e com o ambiente natural.

Um caminho que requer a responsabilidade individual e coletiva, de todos, cidadãos e cidadãs, em qualquer idade, de ongs ou movimentos sociais, de instituições públicas ou privadas, em nível local, municipal, regional, nacional e planetário. Um caminho que precisa ser permanente, baseada no respeito a todas as formas de vida. Visa a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, que reconhece a interdependência e a diversidade dos seres.

---

\* Psicóloga com formação na área educacional; graduação: PUC/SP, 1975; sócia-fundadora do Grupo Ambientalista da Bahia – Gambá; integrante da equipe da coordenação executiva do Gambá.

1- ECO-92 ou RIO-92 são expressões usadas para o evento mundial sobre questões socioambientais, promovido no Rio de Janeiro em 1992, quando foram realizados simultaneamente o Fórum Internacional de Ongs e Movimentos Sociais – Fórum Global, e a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, com governos de diversos países.

2- Agenda 21 é um plano de ação, aprovado por 179 países que participaram da ECO-92, que apresenta os compromissos firmados entre os governos desses países, para construir um novo modelo de desenvolvimento que ofereça melhor qualidade de vida para todos os seres.

3- São 36 tratados acordados durante o Fórum Global – Fórum Internacional de Ongs e Movimentos Sociais, evento da sociedade civil, realizado no Rio de Janeiro, em 1992, paralelo à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

A transformação desejada para melhorar a qualidade de vida de todos e todas pressupõe ainda combate ao preconceito e à discriminação étnico-racial, inclusão para pessoas com necessidades especiais, liberdade para as escolhas de orientação sexual, religiosa e espiritual, acesso às informações e às novas tecnologias de informática.

Essa EA, que nasce da necessidade vital de conservação da natureza, que pretende compreender o mundo de forma integrada, que visa qualidade de vida para todos os seres, propõe um processo de transformação social, que só pode ser viabilizado com muita participação, diálogo e construção coletiva, de forma continuada, monitorada e avaliada constantemente. **Todos e todas nós somos protagonistas desse processo**

EA é pois muito mais um jeito novo de viver do que um simples conceito reprogramado da própria educação e, muito embora seja um caminho a ser trilhado por todos, o jovem tem sido um foco constante.

No rastro da ECO-92, a partir das ongs e movimentos sociais, foram criadas várias redes temáticas, sempre com a intenção da troca de experiências, informações e reflexões que possam subsidiar os posicionamentos políticos dos participantes. Foi assim também com a Rede Brasileira de Educação Ambiental – Rebea<sup>4</sup>, que em vários estados desdobrou-se em redes de EA locais, como a Rede de Educação Ambiental da Bahia – Reaba<sup>5</sup>, entre outras.

## Juventude

Falar em juventude é falar de um campo de reflexão ainda pouco delineado, mas que vem tomando corpo como tema transversal a ser incorporado em todas as áreas, até porque a juventude não passa a existir agora, só porque foi posta em foco por interessados; ela sempre existiu, inserida em diversos campos da atuação humana. Estudos tem sido feitos, só não se tem a divulgação e o acúmulo necessários.

“Identifica-se como jovens, um conjunto de pessoas de idades variáveis, que não pode ser tratado com começo e fim rígidos. A partir de enfoques biológicos e psicológicos, a juventude estaria definida como o período que vai desde o momento em que se atinge a maturidade fisiológica até a maturidade social.” (POLÍTICAS..., 2005, p. 25).

---

4- A Rebea nasce para articular educadores ambientais, ligados aos diversos segmentos sociais, tanto dos órgãos públicos como da sociedade civil. São instituições, ou indivíduos, de vários estados do Brasil, que mantêm, desde a sua criação em 1992, uma orientação de participação horizontal, facilitada por entidades da sociedade civil ([www.rebea.org.br](http://www.rebea.org.br)).

5- A Reaba surgiu, em Salvador em 1993, da articulação de ongs e movimentos sociais baianos, que participaram da ECO-92, para divulgar o Tratado de EA. Visa a troca de experiências e o acompanhamento das políticas públicas de EA. ([www.reaba.org.br](http://www.reaba.org.br)).

Nos últimos anos, as ações do governo federal têm usado a faixa etária de 15 a 29 anos como referência para trabalhar o tema juventude, que é uma

ampliação dos padrões da ONU que foram definidos em 1985 como sendo a faixa entre 15 e 24 anos.

Ainda é importante considerar que dentro dessa faixa usada pelo governo brasileiro, 15 a 29 anos, não há homogeneidade. A diversidade e as desigualdades sociais são muito grandes, o que leva muitos autores a considerar o termo *Juventudes*, que retratam vivências e contextos bastante diversos.

Olhar para alguns elementos já identificados sobre as juventudes podem indicar rumos para a construção de políticas públicas para esse segmento

No Brasil, de acordo com os dados do PNAD – Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar do IBGE-2001, dos jovens de 15 a 29, cerca de 47 milhões aproximadamente, 3,9 % só estuda, 61,2% só trabalha, 8,4% estuda e trabalha e 26,4% nem estuda nem trabalha, em torno de 12 milhões. (POLÍTICAS..., 2005, p. 56).

O *Relatório de Desenvolvimento Juvenil 2003*, apresentado por Julio J. Waiselfiz, publicado pela UNESCO em 2004, apresenta uma avaliação da qualidade de vida organizando os dados sobre três fundamentos, saúde, educação e renda, sistematizados no IDJ - Índice de Desenvolvimento Juvenil. A Bahia, em relação aos outros estados da União, aparece em 17º lugar do país, quanto ao IDJ (POLÍTICAS..., 2005, p. 47-52).

A partir dos pontos abordados na pesquisa para levantar o IDJ dos estados brasileiros, numa visão geral, pode ser destacado que ainda são muitos os jovens de famílias de baixa renda que deixam a escola entre 15 e 17 anos para trabalhar. São os jovens que estão mais expostos às mortes por causa da violência. A renda per capita das famílias dos jovens brancos é maior do que dos jovens negros. As medidas de saúde para jovens, homens e mulheres, ainda são precárias, causando muitas mortes por causas internas.

Algumas correlações podem ser observadas: quanto maior o índice na educação maior a renda; morte por violência acompanha locais com maior índice de desigualdades sociais; analfabetismo masculino é maior que o feminino e entre os jovens brancos é menor do que entre os negros; analfabetismo rural é aproximadamente 4 vezes maior do que nas zonas urbanas.

### **Juventudes e Meio Ambiente**

Nos anos 60 e 70, a mobilização dos jovens estudantes, dos jovens com ideais socialistas e daqueles que aderiram a luta dos trabalhadores, explicitando os conflitos de classe, aliada aos movimentos populares gerava controle social. Isso incomodava o regime militar da época e desencadeou diversas ações repressoras.

Hoje, como apresenta Isabel Carvalho (2006, p. 60-61) a juventude ambientalista que se delineaia é diferente da juventude socialista e da que lutava

pelos trabalhadores. Há uma redefinição do que é o fazer político que passa por rever as fronteiras entre as esferas pública e privada, pela valorização da cultura, das diversas identidades e da questão ambiental como fatores associados à qualidade de vida. Inclusão e justiça social são elementos fundamentais no despertar das questões ambientais. Não é apenas a esgotamento de elementos vitais que está em jogo, mas também o excesso de consumo de poucos em detrimento de uma maioria. A ECO-92 foi um marco histórico fundamental na disseminação dessas idéias.

As ongs e os movimentos sociais tiveram um papel importante nessa discussão e no desenvolvimento de ações que foram lançando as bases para esse despertar. Por outro lado, houve interesse de algumas esferas governamentais em acompanhar esse processo, como os Ministérios de Meio Ambiente (MMA) e de Educação (MEC). Deve ser lembrada a iniciativa do MEC de lançar os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs dentre os quais o tema de Meio Ambiente foi abordado, na tentativa de introduzi-lo nos currículos. O Ibama trabalhou para implantar, no interior dos estados brasileiros, núcleos de EA - NEAs, que ao realizarem cursos e oficinas, com certeza colaboraram com a formação dos jovens que por ali passaram. Os primeiros esboços de um Programa Nacional de EA foram discutidos pelo Ibama, nos anos 90.

Em 1994, em Salvador, a Secretaria de Meio Ambiente da época promoveu o *Fórum da Juventude para o Meio Ambiente* que reuniu jovens da capital e do interior, de aproximadamente 80 organizações e teve como resultado a *Carta da Bahia* (1994), que direciona a participação dos jovens à construção coletiva. Ela referenda a *Agenda 21* e os *Tratados das ongs* da ECO-92, e apresenta princípios e propostas de ação para as questões ambientais.

Em 2002, com a regulamentação da Lei de EA nº 9795/99, cria-se uma estrutura governamental para a sua implantação, o Órgão Gestor, que inclui os Ministérios de Meio Ambiente e Educação - MMA e MEC.

A partir de 2003, com a implantação da Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA e a realização das Conferências Nacionais pelo Meio Ambiente, nas suas versões adulto e infanto-juvenil (CNMA e CNIJMA), realizadas pelo MMA/MEC, muitas instituições governamentais e não governamentais participaram dessas empreitadas.

Na Bahia, a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - Semarh, o Ibama, a Secretaria de Educação - SEC, várias Secretarias Municipais de Educação e de Meio Ambiente, algumas ongs, entre outras instituições, desencadearam esse processo, orientados pelo MMA/MEC. Vale ressaltar que, na Bahia, o papel das ongs foi fundamental no planejamento, na execução e sobretudo na articulação de jovens. As metodologias de sensibilização e engajamento utilizadas favoreceram a formação de grupos chamados Coletivos Jovens de Meio Ambiente – CJs, em todos os estados da União. Além disso estimularam a criação de Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida nas escolas – Com-vidas e o fortalecimento de grupos de jovens já existentes.

Alguns jovens participaram das conferências de adultos e contribuíram para a elaboração das deliberações nesses eventos em 2003 e 2005. Outros participaram das conferências infanto-juvenis (jovens de 5ª a 8ª séries), quando foram elaborados: a carta *Jovens cuidando do Brasil* (BRASIL, 2003) e a *Carta das Responsabilidades Vamos Cuidar do Brasil* (2006).

Nortearam essas articulações para o fortalecimento ou a formação de grupos de jovens, além das formas de compreender EA e juventude como foram basicamente colocadas acima, os princípios a seguir, descritos por Deboni e Mello (2006, p. 24-25).

1. Jovem educa Jovem:, os jovens assumem o papel de intervir no próprio local, no momento presente; atuam aprendendo e aprendem atuando; manifesta-se assim o **protagonismo dos jovens**;
2. Jovem escolhe Jovem: fica estabelecido que são os próprios jovens os mais indicados para tomarem decisões relativas a processos de escolha, relacionados às suas próprias questões, dando **a eles o papel protagônico da ação**.
3. Uma geração aprende com a outra: não há isolamento, as gerações trocam seus saberes. Os jovens geralmente trazem as inovações e os mais velhos a história acumulada, saberes que se completam na construção de novos mundos. **São todos protagonistas**.

Foram grupos de jovens sendo formados em vários lugares do Brasil, em torno das temáticas ambientais, baseados na participação para contribuir com a construção das políticas públicas de Meio Ambiente e de Juventude. Muitos articularam-se na Rede de Juventude pelo Meio Ambiente – Rejuma<sup>6</sup> nacional e/ou estadual.

O Coletivo Jovem baiano estruturou-se na Região Metropolitana de Salvador, com participantes de diversas organizações. Foi batizado localmente com o nome de grupo *Pegada Jovem*. Realizou o *I e II Encontro da Juventude pelo Meio Ambiente da Bahia* (2003 e 2006 respectivamente), mobilizando em torno de 150 jovens de diversos municípios do estado, estimulando a participação e o exercício da cidadania a partir das discussões das questões ambientais vivenciadas nas regiões de onde vieram esses jovens, além de incentivá-los a formarem Coletivos Jovens no interior. Vários participantes já sinalizaram a continuidade desse trabalho, que teve o seu efeito de capilarização.

---

6- Rede de Juventude pelo Meio Ambiente – Rejuma foi criada, em 2003, com diversos integrantes de Coletivos Jovens dos estados da União, a partir da mobilização estimulada pelo MMA/MEC em torno da I Conferência Nacional de Meio Ambiente, versões adulto e infanto-juvenil ([www.rejuma.org.br](http://www.rejuma.org.br)).

Alguns deles estão construindo seus caminhos e, se um dia foram estimulados pelos programas nacionais de governo, hoje seguem esses caminhos autônomos, como sociedade civil que pode e deve cumprir o papel de controle social das políticas públicas, embora isso não os impeça de atuar

em parceria. Estão dando resposta a autonomia proposta pelas próprias metodologias de EA vivenciadas nesse processo.

A PNEA, assim estruturada, estimula o exercício da cidadania entre os jovens, que **podem protagonizar a construção da sua história**, na direção da melhoria da qualidade de vida.

Portanto Juventude e Educação Ambiental são dois temas transversais, profundamente interligados e que guardam em si o gérmen da transformação social. Associar esses temas é reconhecer que os **jovens também são sujeitos da transformação** de que falamos.

### **Participação e conhecimento da realidade**

No trabalho com jovens devem ser construídas *Políticas Públicas de/para/com Juventudes*, como sugere o documento da Unesco (2004). É preciso que se cultive nos jovens esse papel de protagonista da história e que se favoreça a busca de ações coletivas e afirmativas, com participação na vida pública e nas tomadas de decisões.

Só a participação e o diálogo legitimam um processo. Esferas de consulta pública, para a construção e o monitoramento das políticas públicas com a participação dos jovens, precisam ser estruturadas: (i) consolidar os encontros de juventude; (ii) incluir um setor de juventude na Conferência Nacional de Meio Ambiente e nas diferentes áreas do executivo; (iii) incluir assentos para os jovens nos colegiados que tenham representação da sociedade civil (conselhos, comitês, comissões, câmaras técnicas e outros).

Importante é trabalhar com os jovens, a partir deles, desde a fase de formação de um grupo, quando é necessária a compreensão do contexto sócio-econômico-político desse grupo. Tê-los sempre como parceiros no desenvolvimento de ações, inclusive na participação em audiências públicas com temas e questões específicas, quando os jovens podem interagir com toda a comunidade e diversas faixas etárias. O diálogo entre as gerações precisa ser praticado nas esferas públicas.

São importantes o uso de metodologias como a da *Pesquisa Ambiental Participante*, de autodiagnóstico, definida por Viezzer e Ovalles, para que os participantes de um grupo ou comunidade não só fiquem apenas conscientes das questões apontadas, mas que conhecem as causas e busquem soluções. (VIEZZER; OVALLES, 1995).

Há também as metodologias para construção de Agendas 21 locais, projetos, intervenções, que já estão sendo aplicadas e que envolvem a participação dos grupos na sinalização dos seus anseios e das temáticas das comunidades envolvidas.

Ou ainda a construção de uma cartografia de direitos e desejos (demandas), junto com os jovens, a partir da territorialidade do grupo focado, como sugerido na publicação do Conselho Nacional de Juventude (POLÍTICA NACIONAL..., 2006). Levanta-se os programas de governo, voltados para jovens, já existentes em um território específico; identifica-se aqueles que estão

acessíveis nesse território definido, bem como os desejos desses jovens que freqüentam esse território.

As ações devem decorrer da análise da intersecção entre direitos e desejos, e da identificação das tendências temáticas dos grupos. As ações devem assegurar a institucionalização dos programas existentes, inclusive para o jovem do campo, indígena e/ou de comunidades tradicionais.

Segundo dados do IBGE (1999), 19% dos municípios brasileiros não tem bibliotecas públicas; 73% não tem museus; 75% não tem teatros ou casas de espetáculos; 83% não tem cinema; 35% não tem ginásios poliesportivos; 64% não tem livrarias. (POLÍTICA NACIONAL..., 2006, p.. 53).

A construção da identidade e da auto-estima dá-se particularmente nas áreas de lazer, cultura, artes e esportes tornando-se imprescindível garantir o acesso aos equipamentos dessas áreas (POLÍTICA NACIONAL..., 2006, p. 48).

Ao planejar as ações não se pode esquecer a necessidade de buscar emprego e renda, para segurar o jovem no interior. Ele precisa de trabalho remuneração e reconhecimento. Precisa lidar com os seus problemas concretos, percebendo a relação entre a causa local com a causa planetária, discutindo os aspectos ético-morais, que parecem estar esquecidos nos tempos da globalização, na busca de ações preventivas e não só corretivas. (JUVENTUDE..., 2006, p. 61-62)

Fomentar a pesquisa com foco na Juventude e Meio Ambiente, relacionados, sobretudo às comunidades marginalizadas, pode manter o constante monitoramento das ações e atualização dos diagnósticos, que são importantes para as tomadas de decisões.

### **Sistema de ensino**

Embora juventude esteja em toda parte, quando se fala desse tema, o sistema de ensino é um espaço privilegiado onde ele sempre está em evidência, do fundamental à universidade, o mesmo sistema que tem feito esforços para assimilar a EA, ainda que ela tenha nascido no movimento ambientalista.

No sistema de ensino, além de implementar constantemente medidas que viabilizem o ensino público de qualidade, como diminuir o número máximo de alunos dentro de sala de aula e aumentar o número de professores, é preciso uma ruptura com o paradigma curricular tradicional, que apesar de aprofundar o conhecimento, separa-o em disciplinas que não cultivam o hábito do diálogo entre si. Precisamos, no mínimo, aprender a identificar/ analisar/calcular o custo ambiental das nossas intervenções na Natureza. Ser didático é bom e necessário, mas isso não pode implicar no isolamento de temas e nem na desconsideração da complexidade que nos cerca. A inter multi e transdisciplinaridade precisam ser assumidas, para a compreensão da vida como ela é, como algo dinâmico, com elementos interligados organicamente. Para que essa compreensão sirva para estudar, e para viver, a realidade,

dentro e fora da escola, no que ela tem de bom e prazeroso e no que ainda tem de incômodo e que exige um longo caminho de construção com erros e acertos que nos esperam.

A instituição de ensino deve incorporar atividades que favoreçam a construção do conhecimento integrado da realidade, ao vivo e a cores, incluindo a arte como uma forma legítima de participação social e aprendizagem. Esperam-se medidas como visitas/passeios nas redondezas da instituição, viagens quando possível, criação de laboratórios equipados, incluindo os de informática para estimular a inclusão digital. O mundo da internet apresenta possibilidades e recursos tecnológicos que ainda precisam ser explorados.

Uma das políticas para juventude, durante o período de ditadura, foi criar mecanismos para desagregar os diferentes grupos de jovens existentes. Com a abertura política, pouco a pouco, eles voltaram ao cenário social. Para facilitar a organização desses grupos, é preciso rever a estruturação das cargas horárias nos currículos escolares e da distribuição espacial dos locais de ensino. Assim torna-se viável a facilitação do encontro dos estudantes em um mesmo período e em um mesmo espaço. Medidas como aulas vagas comuns, salas/espços disponíveis para reuniões de estudantes, professores/orientadores de atividades extra-sala, precisam ser consideradas nos currículos e no planejamento dos projetos políticos pedagógicos das instituições de ensino.

As Secretarias de Educação estadual e municipais bem como as Universidades são instituições estratégicas quando se discute EA e Juventudes, porque não se trata simplesmente de introduzir esses temas, eles são, em si, a essência do trabalho nessas instituições. Se encaradas com seriedade, essas discussões podem render muitos frutos.

### **Fortalecimento dos jovens**

Qualquer trabalho com jovens precisa fortalecer os grupos que já existem, nas escolas, universidades, ou fora delas e que, de alguma forma, trabalham com questões socioambientais, como: grêmios escolares, diretórios acadêmicos, Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida - Com-vidas (ligadas às escolas), Coletivos Jovens- CJs, Rejuma nacional e estadual, outras redes

relacionadas com juventudes<sup>7</sup>, Ecoclubes<sup>8</sup>, integrantes do Projeto Geo- juvenil<sup>9</sup>. Grupos de jovens negros, indígenas, da igreja, de organizações partidárias e de movimentos sociais, como MST, dentre outros; jovens dos Coletivos Educadores<sup>10</sup>, que reúnem várias instituições, para trocas de saberes. Espaços de formação desses jovens para a ocupação de cargos de representação nos



colegiados devem ser estruturados. É um estímulo ao exercício da cidadania e um incentivo ao protagonismo desses jovens.

As ações precisam também usar como referência as políticas e os programas nacionais de EA e de Juventude e pesquisar nos diversos setores do governo como esses temas aparecem e de que forma são tratados, identificando instrumentos existentes (leis, normas, portarias e outros) que permitem ações concretas, as quais devem ser alinhadas e contínuas nos diversos órgãos e esferas (municipal, estadual e federal). Há que se acompanhar os trabalhos dos Conselhos Nacionais, de Meio Ambiente, Educação e Juventude.

O governo desenvolve alguns programas para jovens, ou mesmo atende uma parcela significativa de jovens em programas para a população em geral, como: bolsa-família, merenda escolar, pró-jovem, consórcio do primeiro emprego, fome-zero, combate a Aids, gravidez precoce, dentre outros, que dizem respeito à qualidade de vida dos jovens, podendo ser discutidos no âmbito das questões socioambientais, mas nem sempre dão ao jovem o papel de protagonista.

Não se pode negligenciar esse papel. É importante implantar e/ou reforçar e ampliar ações que atendam as demandas das juventudes como protagonistas que são. Aqui é onde pode ajudar a Educação Ambiental, como vem sendo abordada pela PNEA. Faz parte dos seus princípios estimular o sujeito transformador que há em cada um e cada uma de nós, em especial nos jovens.

---

7- Rede Sou de Atitude – é uma articulação nacional que envolve crianças e jovens para um trabalho de acompanhamento das políticas públicas ligadas à Infância, Adolescência e Juventudes. Foi criada, em 2005, a partir do Projeto JAP – Juventudes e Ação Política, desenvolvido pela ong Cipó – Comunicação Interativa, em parceria com o Instituto Aliança, Ágere e a Fundação Avina ([www.soudeatitude.org.br](http://www.soudeatitude.org.br)); Rede jovens do Nordeste – surgiu em 1998 da participação de jovens nos eventos promovidos pela Escola de Formação Quilombola dos Palmares – EQUIP e Escuela Latina-americana de Liderazgo, México ([www.rjne.org.br](http://www.rjne.org.br)); Rede de Protagonismo Juvenil da Bahia – surgiu em 2000, a partir do “Prêmio Jovens Voluntários”, uma iniciativa do Centro de Voluntários da Bahia. Atua na Região Metropolitana de Salvador e na região do Baixo-sul da Bahia; Rede Juventudes – reúne em torno de 20 entidades governamentais e não governamentais que trabalham com jovens, na maioria do nordeste, criada em 2002 a partir de um projeto de iniciativa da Fundação Kellogg ([www.redesejuventudes.org.br](http://www.redesejuventudes.org.br)).

8- Ecoclubes é um movimento internacional de jovens que promove a participação cidadã, Surgiu na Argentina em 1992, da iniciativa de alunos das escolas médias, e se estendeu a diversos países da América Latina. São organizações da sociedade civil, constituídas basicamente por crianças e jovens que desenvolvem ações com outras instituições para a melhoria da qualidade de vida, buscando soluções para os problemas ambientais e a formação de líderes. Em 1998, a Organização Mundial da Saúde deu o seu aval a esse trabalho ([www.ecoclubes.org](http://www.ecoclubes.org)).

9- Projeto GEO-Juvenil Brasil, executado pela organização de juventude Grupo Interagir (sede em Brasília), faz parte de uma iniciativa do Programa da Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA, que, no ano de 1995, em resposta à solicitação da Agenda 21, criou o conjunto de relatórios chamados GEO – Perspectivas do Meio Ambiente Global. A partir daí foi desencadeado um processo específico para jovens, para que eles pudessem elaborar publicações após um levantamento de impressões, dados, análises, metodologias e fazeres-políticos dos jovens de seus países ([www.geojuvenil.org.br](http://www.geojuvenil.org.br)).

10- Coletivos Educadores são conjuntos de instituições de um determinado território, que se articulam, baseados nos princípios da Educação Ambiental, para estimular a troca de informações e conhecimento, entre si, e a reflexão crítica e propositiva sobre as políticas públicas relacionadas com seus territórios. Em muitos casos as ações desenvolvidas envolvem os jovens que vivem ou freqüentam esses territórios ([www.mma.gov.br](http://www.mma.gov.br)).

## **Algumas Reflexões**

Neste texto apresentou-se informações que podem ajudar na visualização de um panorama das ações nas áreas de Educação Ambiental e Juventudes, ainda que de forma incompleta. São iniciativas que, embora muitas vezes estejam isoladas, vão desenhando a história.

Há esforços sendo feitos nesses campos de atuação. No entanto, para avançar, é importante ressaltar que a integração das ações nos diversos órgãos e instâncias governamentais deve ser priorizada. Nesse sentido a consolidação do Órgão Gestor da PNEA, nas esferas estadual e municipais pode alavancar essa integração. Cria-se localmente uma instância de execução da EA que pode favorecer a transversalidade das temáticas, já que falar em EA é também falar, necessariamente, de Juventudes.

Mas a integração é maior que o trabalho interno, local e nacional. Nossa porta de saída para olhar o mundo de frente, buscando o entendimento quanto à relação entre o que se faz 'aqui e agora' e o resto do Planeta, deve ser a América Latina. Temos que nos reconhecer pertencentes ao universo dos povos latino-americanos. O que pensam os jovens da América hispânica? A *Carta das Juventudes Ibero-americanas* (apud VARGAS, 2006, p. 87) pode ser um bom começo.

Repensar o significado do trabalho é fundamental, entendendo que ele dá significado e direção à vida. O valor que ele tem precisa ser novamente associado à idéia do prazer de realizar/fazer/construir e à idéia de cuidado, consigo e com o mundo. O trabalho deve ser o prazer de 'fazer' e 'cuidar'. Plantar, regar e colher deve valer tanto ou mais que o ato de pensar sobre o processo de plantio e colheita de alimentos.

**Não se caminha para a sustentabilidade sem uma grande revisão de valores**, que possa levar as pessoas a mudar comportamentos e a planejar suas atividades de forma menos predatória, dando maior importância à noção de tempo de recomposição dos elementos naturais, quando da sua utilização. As áreas de EA e Juventudes não podem fazer milagres sozinhas, mas têm a colaborar com esse processo, quanto maior for o envolvimento de todas as áreas, melhor a qualidade da transformação que se deseja.

“Há quem diga que essa ‘revisão’ de valores é quase uma ‘revolução’. De qualquer forma ela tem que passar pelos diversos aspectos da vida humana para que, num processo amplo e gradativo possamos :

devolver / dar  
aos objetos o seu valor de uso;  
ao trabalho a dignidade e o prazer;  
à natureza o respeito às suas leis;  
às relações o sentido de história;  
às atitudes a confiança e a solidariedade;  
aos sentimentos a fidelidade que eles merecem e  
à alma o seu papel misterioso e único.”

(CINTRA, 1999).

#### REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Formando Com-Vida Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola: construindo Agenda 21 na escola*. Brasília: MMA; MEC, 2004. 42 p. ISBN 85-87166-68-9.

\_\_\_\_\_. *Programa Nacional de Educação Ambiental - ProNEA*. 3. ed. Brasília: MMA, 2005. 102 p.

\_\_\_\_\_. *Vamos cuidar do Brasil: deliberações 2003*. Brasília: MMA, 2003. 142 p. il. Conferência Nacional do Meio Ambiente; Conferência Infante-Juvenil para o Meio Ambiente. Acompanha texto-base.

\_\_\_\_\_. *Vamos cuidar do Brasil: deliberações 2005*. Brasília: MMA, 2005. 116 p. il. II Conferência Nacional do Meio Ambiente.

CARTA da Bahia. Salvador, 1994. Princípios e propostas apresentados no Fórum da Juventude para o Meio Ambiente-Bahia, 08 a 10 abr. 1994.

CARTA das responsabilidades. 2006. Disponível em: [www.conferenciainfantojuvenil.com.br](http://www.conferenciainfantojuvenil.com.br). Acesso em: 09 maio 2007.

CARVALHO, Isabel Cristina Moura. O sujeito ecológico e identidade social: a juventude nas trilhas da reinvenção de si e da política. In: JUVENTUDE, cidadania e meio ambiente: subsídios para a elaboração de políticas públicas. Brasília: MMA; UNESCO, 2006. p. 59-66.

CINTRA, Maria Alice Martins de Ulhôa. *Educação para a agenda 21: a formação do cidadão-gestor*. Salvador, 1999. 15 p. Texto elaborado para o II Seminário Agenda 21.

COLETIVOS jovens de meio ambiente: manual orientador. Brasília: MMA, 2006. 39 p.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Agenda 21*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1995. 471 p.

DEBONI, Fábio; MELLO, Soraia. Panorama da juventude ambientalista. In: JUVENTUDE, cidadania e meio ambiente: subsídios para a elaboração de políticas públicas. Brasília: MMA; UNESCO, 2006. p. 24-25.

FÓRUM INTERNACIONAL DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E MOVIMENTOS SOCIAIS. *Tratado das ONGs*. Santos: Fórum Internacional de ONGs e Movimentos Sociais, 1992. 264 p.

JUVENTUDE, cidadania e meio ambiente: subsídios para a elaboração de políticas públicas. Brasília: MMA; UNESCO, 2006. 201 p.

POLÍTICA nacional de juventude: diretrizes e perspectivas. São Paulo: Conselho Nacional de Juventude; Fundação Friedrich Ebert, 2006. 139 p.

POLÍTICAS públicas de / para / com juventudes. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2005. 304 p.

PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. ProNEA. 3. ed. Brasília: MMA; MEC, 2005. 102 p.

SILVA, Diego Correia da; PEREIRA; Kely Adriane Brandão; Bittar, Michelle. Jovem como educador ambiental: formação do ser e transformação da realidade. In: VARGAS, Icléia Albuquerque de et al. (Org.). *Educação ambiental. Gotas de saber: reflexões e práticas*. Campo Grande: Editora Oeste, 2006. p. 85-93.

VARGAS, Icléia Albuquerque de et al. (Org.). *Educação ambiental. Gotas de saber: reflexões e práticas*. Campo Grande: Editora Oeste, 2006. 142 p.

VIEZZER, Moema L; OVALLES, Omar (Org.). *Manual latino-americano de educação ambiental*. São Paulo: Gaia, 1995. 192 p. il p. ISBN 85-85351-31-4.

Salvador, 03 de maio de 2007

---

**Colaboradores:**

\* Juca Uihôa Cintra Paes da Cunha;

\* Mariana Matos Santana – estudante de Psicologia da UFBA; estagiária do *Projeto Informações Ambientais em Circulação*, desenvolvido pelo Grupo Ambientalista da Bahia – Gambá; integrante do Coletivo Jovem de Salvador; representante do Coletivo Jovem de Salvador na Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental da Bahia – CIEA-Ba; conselheira fiscal do Gambá.